

A CONCEPÇÃO DE INCLUSÃO ESCOLAR DE ALGUNS PROFESSORES QUE ATUAM COM A EDUCAÇÃO ESPECIAL NO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ-SC:

andamento

Ester Rosa Rocha¹; Luana de Araújo Carvalho².

RESUMO

A formação de professores vem sendo palco de muitas discussões, principalmente no contexto da educação básica. Dentre essas reflexões contemplamos os professores que trabalham com crianças com Necessidades Educacionais Especiais. É nesse contexto que este trabalho fruto do Trabalho de Conclusão de Curso de Pedagogia vem se debruçando. O objetivo deste estudo é investigar o que os professores da rede pública do município de Camboriú, estado de Santa Catarina, que trabalham com crianças com NEE, possuem como concepção de criança com NEE assim como busca-se investigar como esses profissionais veem a educação inclusiva. Para desenvolver este estudo qualitativo utilizou-se como instrumento de coleta de dados uma entrevista semiestruturada. Entrevistou-se 5 professores da rede, contemplando profissionais de diversas escolas. Esta pesquisa está em fase de análise dos dados coletados e conta com reflexões de alguns estudiosos da área como: Bueno (2012); Gatti (2010); Glat (2007); Saviani (2008); Aranha (2001); Carvalho (2006); Biaggio (2007) dentre outros. Como resultado preliminar pode-se contatar três aspectos: os professores pesquisados possuem concepção ampla de alunos com Necessidades Educacionais Especiais, não pautando-se apenas nos alunos com deficiências; todos afirmam acreditar na Educação Inclusiva como caminho para Inclusão social e todos os professores frisaram a necessidade de uma política de formação continuada de professores.

Palavras-chave: Professores. Necessidades Educacionais Especiais. Inclusão Escolar

INTRODUÇÃO

A formação de professores vem sendo palco de muitas discussões, principalmente no contexto da educação básica. Ao desenvolver suas atividades com as crianças é requerida sólida formação prevista nos dispositivos legais, porém, principalmente com aqueles que trabalham junto às crianças com necessidades específicas nem sempre encontramos professores com formação e conhecimentos sobre as deficiências nas quais atuam.

Segundo Gatti (2010) para a formação de professores é necessário que haja uma verdadeira transformação nas estruturas institucionais formativas e nos currículos da formação inicial. É imprescindível integrar essa formação em currículos articulados e voltados a esse objetivo principal. A formação de professores não pode ser pensada a partir das ciências e seus diversos campos disciplinares, mas por meio da função social própria à escolarização, para ensinar às novas gerações o conhecimento adquiridos e fortalecer valores e práticas coerentes com nossa vida civil, no entanto,

¹ Acadêmica do Curso de Licenciatura em Pedagogia, Instituto Federal Catarinense, Campus Camboriú. E-mail: teka712@gmail.com

² Mestre em Educação pelo UFOP. Professora do Instituto Federal Catarinense, Campus Camboriú. E-mail: luana@ifc-camboriu.edu.br / luanadaraujo@hotmail.com

para que a inclusão tenha sucesso, é necessário que os professores estejam preparados para lidar com as questões ligadas à inclusão.

E o objetivo deste trabalho é justamente investigar a concepção de inclusão de alguns professores que atuam com a educação especial no município de Camboriú-SC. Assim como conhecer como eles se constituíram docentes dessas crianças. Nesse contexto buscou-se conhecer também os documentos norteadores que tratam sobre inclusão no âmbito internacional e nacional; realizar revisão de literatura dos últimos cinco anos acerca do tema em questão, entrevistar professores que atuam na área, compreender como ocorre a formação dos professores que atuam diretamente nas classes com crianças com necessidades específicas.

A relevância do tema deste trabalho se dá a partir do campo profissional no qual venho atuando, há quinze anos na área da saúde. Com frequência acompanho as crianças nas escolas, e chega a ser incômodo o modo como são tratadas, e a maneira como alguns professores referem-se a elas. Percebe-se que muitas vezes as crianças com deficiência¹ não possuem a devida atenção das pessoas que estão responsáveis por elas, como profissionais da educação e da saúde. Ouvem-se comentários de alguns professores no sentido de que não deveriam estar no ensino regular. Me instigam a pensar sobre quem são esses professores e como se processa a inclusão/exclusão de tais crianças já que muitas vezes são “colocadas” em determinadas turmas simplesmente para dizer que estão matriculados em uma escola. Essas questões me inquietam, pois, como fica o processo de alfabetização dessas crianças? Um exemplo é o fato de alguns professores não trabalham a alfabetização por não acreditarem que esta criança possa desenvolver algum aprendizado, ou também por falta de interesse, preferem muitas vezes passar/assistir a um filme, colocá-las para dormir, contar histórias passando assim o tempo e os anos sem que saibam sequer escrever / reconhecer seu próprio nome.

A partir da vivência com as situações citadas acima houve um despertar de minha parte levando a questionar o processo vivenciado pelas crianças sob a ótica dos professores e seus fazeres quanto à aprendizagem das crianças a partir da formação já que o conhecimento e a empatia necessita ser ainda maior.

Surge então a preocupação de como estas instituições e professores estão se preparando ou pelo menos deveriam estar preparados para trabalhar com estas crianças. Neste contexto, a Constituição Brasileira (1988) em seu artigo 227 “[...] garante o acesso ao ensino fundamental regular a todas as crianças e adolescentes, sem exceção, e deixa claro que a criança com necessidade especial deve receber atendimento especializado complementar, de preferência dentro da escola”.

A inclusão também ganhou reforços com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB (1996) e com a Convenção da Guatemala (2001) que proíbem qualquer tipo de diferenciação, de exclusão ou de restrição baseadas na deficiência das pessoas.

Conforme a Lei de Diretrizes e Bases na Educação Nacional, (LDB) a formação dos professores deve se dar de formas responsáveis, e o profissional estará assumindo

¹ Neste texto será utilizada a nomenclatura “Pessoa com deficiência” conforme Decreto Legislativo Nº 186, de 2008.

um compromisso de ensinar e orientar bem seus alunos.

A Constituição de 1988 muda todo o contexto assegurando assim o direito dos estudantes, e no artigo 205 declara que “ A educação, direito de todos e dever do estado e da família, será provida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício para a cidadania e sua qualificação para o trabalho”. (BRASIL, 2007, p.136).

A preocupação com a educação especial começou a ser desenvolvida a partir de 1990, devido o número crescente de crianças que começaram a frequentar as escolas, passando essas a se preocupar com o futuro dessas crianças, investindo nos pesquisadores, e no conhecimento dos educando, do saber fazer, das competências e das habilidades que servem de base ao trabalho dos professores no ambiente escolar.

No ponto de vista de Gatti (2010)

No que concerne à formação de professores, é necessária uma verdadeira revolução nas estruturas institucionais formativas e nos currículos da formação. As emendas já são muitas. A fragmentação formativa é clara. É preciso integrar essa formação em currículos articulados e voltados a esse objetivo precípua. A formação de professores não pode ser pensada a partir das ciências e seus diversos campos disciplinares, como adendo destas áreas, mas a partir da função social própria à escolarização – ensinar às novas gerações o conhecimento acumulado e consolidar valores e práticas coerentes com nossa vida civil. (GATTI, 2010, p.21).

A formação de professores com especialização, em educação especial é algo que as universidades deveriam dar mais ênfase e ter uma carga horaria maior da disciplina, pois todos os dias os números de crianças com necessidades específicas ingressam na rede de ensino público, é muito importante que os órgãos competentes ofereçam um ensino de qualidades a todos.

Para que essas crianças sintam-se amparadas pelas instituições de ensino, é necessário que todos saibam como lidar com cada uma delas. E saber que eles são capazes de realizar qualquer atividade, e não poupa-los por ter aquela deficiência, pois essas crianças querem ser tratadas como as demais crianças.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Foi realizado entrevistas com cinco professores de diferentes escolas do Município de Camboriú-SC, que trabalham diretamente com crianças com Necessidade Educacional Especial, para saber como é a formação desses docentes e como é para eles a Educação Inclusiva. As crianças que estão nas escolas realmente estão incluídas em todo o contexto escolar? Foram essas e outras perguntas que fez-se aos professores entrevistados.

Este estudo está pautado em uma abordagem de cunho qualitativo com características do referencial teórico baseado na pesquisa-ação, definida por Elliott (1990), como atividade de pesquisa desenvolvida no meio educacional com o intuito de transformar as circunstâncias a partir de uma prática reflexiva e a investigação sobre a mesma, compreendendo que esta pesquisa se enquadra nesse perfil, tendo em vista que uma das preocupações é de envolver diretamente com os sujeitos da pesquisa, investigando sua prática docente.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Este artigo é fruto do Trabalho de Curso de Pedagogia que está em andamento, na fase de análise de dados, no entanto já podemos constatar uma real necessidade que ocorre nas escolas do município, onde os professores relatam ter essa necessidade de aperfeiçoar-se para poder trabalhar de uma maneira mais lúdica proporcionando qualidade a educação, pois muitos deles mencionam que não é fácil trabalhar com crianças com Necessidade Educacional Especial. Alguns professores declararam não se considerarem aptos a atuar em salas “inclusivas”, devido à sua formação não contemplar essa área de conhecimento; por não terem sido orientados a como lidar com os alunos com NEE. Nesse sentido, muitos até tem vontade de aperfeiçoar, fazer curso de formação continuada, para assim poder trabalhar com mais confiança e fomentar a educação de qualidade tão mencionada.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Embora o projeto esteja em andamento, pode-se constatar que às informações aqui contidas só foram possíveis por meio dos relatos de experiências contadas verbalmente e por escrito pelos professores entrevistados, ou seja, pela participação dos professores convidados. Esses dados proporcionados via entrevista tiveram duplo objetivo: coletar dados para a pesquisa e possibilitar via reflexão a transformação da prática desses docentes. Acredita-se que dessa forma as crianças conquistem seus lugares nas escolas, não somente porque isto é lei, mais porque é direito de todos nós cidadãos.

Como professores, queremos uma inclusão para além dos alunos com deficiência, entretanto abarcando a inclusão de todos os alunos com diferentes necessidades educativas, sobre um olhar mais positivo e com novas perspectivas de oferecer o melhor para todos estes que durante muitos anos foram excluídos.

REFERÊNCIAS

ARANHA, M. S.F. (2001). **Paradigmas da Relação da Sociedade com as Pessoas com Deficiência**. Revista do Ministério Público do Trabalho, ano XI (21),160-173.

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. **História da Educação e da Pedagogia: geral e Brasil**. 3. ed. São Paulo: Moderna, 2006.

BELLO, José Luiz de Paiva. Educação no Brasil: a História das rupturas. **Pedagogia em Foco**, Rio de Janeiro, 2001. Disponível em: <http://www.pedagogiaemfoco.pro.br/heb14.htm>

BIAGGIO Rita de, **A Inclusão de Crianças com Deficiência na Educação Infantil**: A inclusão de crianças com deficiência cresce e muda a prática das creches e pré-escolas: Revista do professor de educação infantil São Paulo/SP Nov.2007.

BRASIL. Decreto nº. 3.956, de 08 de outubro de 2001. Promulga a **Convenção Interamericana para Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência**. Guatemala:2001.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. 40. ed. São Paulo: Saraiva, 2007.

BRASIL. **Diretrizes Nacionais para Educação Especial na Educação Básica**. MEC SEESP, 2001.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. (LDBN) Diário Oficial [da República Federativa do Brasil], Brasília, DF, v. 134, n. 248, 23 dez. 1996. Seção 1, p. 27834-27841

BUENO, José Geraldo Silveira. **A Educação Especial nas Universidades Brasileiras**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2002. 136p.

CARVALHO, R. **E Aprendendo a Incluir e Incluindo para Aprender**. São José dos Campos, 2006.

DECLARAÇÃO Universal de Direitos Humanos (ONU) (1948)

ELLIOT, J. **La Investigacion-Acción en Educación**. Madri: Morata, 1990

GATTI, Bernadete. A. **FORMAÇÃO DE PROFESSORES NO BRASIL**: características e problemas. educ. soc., campinas, v. 31, n. 113, p. 1355-1379, out.-dez. 2010 Disponível em <<http://www.cedes.unicamp.br>>.

SAVIANI, Dermeval. **A PEDAGOGIA NO BRASIL**: história e teoria. Campinas, SP: Autores Associados, 2008. (Coleção Memória da Educação)

